

Proêmio à Filosofia prática universal¹

Immanuel Kant

Monique Hulshof | UFABC

Toda filosofia é ou teórica ou prática. A filosofia teórica é a regra do *conhecimento*; a filosofia prática é a regra do *comportamento*² com relação ao arbítrio livre. A distinção entre filosofia teórica e prática está no objeto³. A filosofia teórica tem como objeto a teoria e a filosofia prática a práxis. A filosofia divide-se aliás em especulativa e prática. Em geral, os conhecimentos⁴ são denomi-

1 A presente tradução do Proêmio às *Lições de Filosofia moral* de Kant toma como base o texto publicado por Paul Menzer (MENZER, P. *Eine Vorlesung Kants über Ethik*. Berlin: Pan Verlag Rolf Reise, 1924). Este texto foi editado por Menzer a partir da comparação entre os manuscritos de três estudantes da Universidade de Königsberg: o de Theodor Friedrich Brauer, de 1780/81, o de Gottlieb Knutzer, de 1780, e o de Christoph Mrongovius, de 1782. A proximidade dos três manuscritos levou Menzer a concluir que consistiam em cópias de um mesmo manuscrito. Em nossa tradução procuramos oferecer, em notas, a comparação desta edição de Menzer com duas outras edições das *Lições de filosofia moral*, publicadas posteriormente à edição de 1924. Traçamos as diferenças mais importantes com relação à edição de Gerhard Lehmann, a partir do manuscrito de Georg Ludw Collins, de 1784/85, publicado em 1974 no volume 27 das obras completas de Kant pela Academia real de Berlin (KANT, I. *Gesammelte Schriften. Akademie-Ausgabe*, Bd. XXVII. Berlin: Walter de Gruyter, 1974) e também com a cuidadosa edição de Werner Stark, a partir do manuscrito de Johann Friedrich Kaehler, de 1777, publicado em 2004 (KANT, I. *Vorlesung zur Moralphilosophie. Herausgegeben von Werner Stark*. Berlin: Walter de Gruyter, 2004). Durante a tradução, foram cotejadas a tradução para o italiano de Augusto Guerra com base na edição de Menzer (KANT, I. *Lezioni di Etica*. Roma: Editori Laterza, 1984), a tradução para o inglês de Peter Heath com base no manuscrito Collins (KANT, I. *Lectures on ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997), e a tradução para o francês de Luc Langlois (KANT, I. *Leçons d'éthique*, 1997), com base na edição de Menzer.

2 *Verhalten*.

3 *Objekt*.

4 *Erkenntnisse*. A maioria dos tradutores opta por “ciências” para tradução do termo “Erkenntnisse”, já que Kant está apresentando a distinção entre “ciências” teóricas e práticas em geral, a partir de sua forma, para contrapor à distinção entre filosofia teórica e prática, a partir de seu objeto. No entanto, optamos aqui por “conhecimentos”, para reservar o termo “ciência” para “Wissenschaft”.

nados teóricos e práticos, sejam quais forem seus objetos. Eles são teóricos se são o fundamento⁵ dos conceitos de objetos, e⁶ práticos se são o fundamento da aplicação⁷ do conhecimento de objetos; assim é, por exemplo, uma geometria teórica e prática, uma mecânica teórica e prática, uma medicina teórica e prática e uma jurisprudência teórica e prática; o objeto é sempre o mesmo. Portanto, se, desconsiderando-se o objeto, os conhecimentos são ainda teóricos e práticos, então isso concerne apenas à forma do conhecimento, a saber, os conhecimentos teóricos para julgamento⁸ do objeto, os práticos para a produção do objeto. No caso presente, porém, trata-se da distinção entre teórico e prático em vista do objeto. A filosofia prática não é prática segundo a forma mas segundo o objeto e este objeto⁹ são as ações livres e o comportamento livre. A filosofia teórica é o conhecimento¹⁰ e a prática é o comportamento. Se eu abstraio do conteúdo¹¹, então a filosofia do comportamento é aquela que nos fornece a regra do bom uso da

5 *Grund*.

6 Em Collins: *aber*.

7 *Ausführung*.

8 *Beurtheilung*.

9 Até aqui todas as ocorrências do termo “objeto(s)” traduzem o termo “Objekt(e)”.

10 *das Erkennen*.

11 *Gegenstand*. Costuma-se traduzir o termo “Gegenstand” por objeto e, com efeito, em muitos de seus textos Kant intercala o termo germânico “Gegenstand” e seu correspondente de origem latina “Objekt”. Entretanto, neste caso, Kant parece estar atribuindo aos dois termos sentidos diferentes. O termo “Objekt” é utilizado aqui para estabelecer a distinção entre a filosofia prática e teórica: elas possuem “objetos” distintos. A filosofia prática tem como “objeto” a “práxis” ou as “ações livres”. Mas com isso Kant não quer dizer que a filosofia prática se refira a um conjunto material de determinadas ações. Pelo contrário, a filosofia prática se refere apenas à maneira de utilizar o arbítrio, ou seja, às regras de um uso livre do arbítrio. Para especificar que a filosofia prática não se refere ao conteúdo ou matéria das ações, mas apenas ao modo de utilizar livremente o arbítrio nas ações, Kant se vale do termo “Gegenstand”: a filosofia prática trata do uso livre do arbítrio, “sem considerar os objetos <Gegenstände>”. Assim, é possível compreender como Kant pode afirmar ao mesmo tempo que a filosofia prática tem um “objeto” <Objekt> [a práxis ou o uso do arbítrio livre], mas abstrai de todo “objeto” <Gegenstand> [o conteúdo ou matéria das ações]. Com o intuito de indicar essa diferença de sentido, optamos por traduzir, “Gegenstand” por “conteúdo”, seguindo assim as decisões de Guerra, “contenuto”, de Langlois, “contenu”, e de Heath, “matter”.

liberdade e este é o objeto¹² da filosofia prática sem consideração dos conteúdos¹³. Assim como a lógica fala do uso do entendimento sem consideração dos conteúdos¹⁴, também a filosofia prática trata do uso do arbítrio livre não em vista dos conteúdos¹⁵, mas independentemente de qualquer conteúdo¹⁶. A lógica nos fornece as regras em vista do uso do entendimento e a filosofia prática em vista do uso da vontade, sendo estes os dois poderes¹⁷ a partir dos quais tudo se origina em nosso ânimo. Se consideramos agora os poderes superiores¹⁸ da faculdade de conhecer e da faculdade de desejar¹⁹, então a primeira é a faculdade de conhecer superior, ou o entendimento e a segunda é a faculdade de desejar superior ou o arbítrio livre. Temos agora duas instruções²⁰ para os dois poderes, a saber, a lógica para o entendimento e a filosofia prática para a vontade. Os poderes inferiores²¹ não podem ser instruídos, pois são cegos. Aqui nós consideramos, portanto, um ser que tem arbítrio livre, que pode ser não apenas um homem, mas também qualquer ser racional.

E aqui reconhecemos a regra do uso da liberdade e esta é a filosofia prática em geral²². Ela possui, portanto, as regras objetivas do comportamento livre. Qualquer regra objetiva diz o que deve acontecer, mesmo que isso nunca aconteça²³. A regra subjetiva diz o que efetivamente acontece; pois mesmo com relação aos viciosos existem regras, de acordo com as quais eles agem. A antropologia se

12 *Objekt*.

13 *Gegenstände*.

14 *Gegenstände*.

15 *Gegenstände*.

16 *von allen Gegenständen*. Em Collins, no lugar dessa frase consta: “Portanto a filosofia prática trata do uso do arbítrio livre, não em vista dos conteúdos, mas independentemente de qualquer conteúdo”.

17 *Kräfte*.

18 *Oberkräfte*.

19 Em Collins *Bewegungs Vermögen* [faculdade de movimento].

20 *Instruktionen*.

21 *Untere Kräfte*.

22 *generaliter*.

23 Em Kaehler: “acontecer, mas a regra...”

ocupa das regras práticas subjetivas, ela considera o comportamento efetivo dos homens, apenas a filosofia moral procura submeter o seu bom comportamento a regras, a saber, procura o que deve acontecer. Que algo deva ser significa que uma ação possível pode ser boa, que ela contém as regras do bom uso da vontade, assim como a lógica contém as regras do uso correto do entendimento²⁴.

A ciência das regras de como o homem deve se comportar é a filosofia prática e a ciência das regras do comportamento efetivo é a antropologia. Estas duas ciências estão intrinsecamente ligadas e a moral não pode subsistir sem a antropologia, pois temos primeiramente de saber do sujeito se ele está em condição²⁵ de desempenhar²⁶ aquilo que dele se exige que deva fazer. É certamente possível examinar a filosofia prática mesmo sem a antropologia ou sem o conhecimento do sujeito, mas então ela é apenas especulativa e uma ideia; assim o homem ainda tem de ser ao menos estudado em um momento seguinte²⁷. Prega-se sempre o que deve acontecer e ninguém pensa sobre o que pode acontecer; por isso também as exortações²⁸, que são repetições tautológicas da regra que todos já sabem, tornam-se um reiterar muito tedioso, em que não se diz nada além do que já se sabe, e os sermões²⁹ sobre essas exortações são vazios, se o orador não visa ao mesmo tempo a sabedoria³⁰; neste caso Spalding é preferível a todos os outros³¹. Por conseguinte, temos de saber do homem se ele pode fazer o que se exige dele.

24 Em Collins: “Ela contém as regras do bom uso da vontade, assim como a lógica contém o uso correto do entendimento.”

25 *Im Stande*.

26 *leisten*.

27 *hernach*.

28 *Ermahnungen*.

29 *Kanzelreden*.

30 *Weisheit*. Em Collins *Menschheit* [humanidade].

31 Johann Joachim Spalding (1714-1804), teólogo protestante. A edição de Menzer faz referência ao escrito *Über die Nutzbarkeit des Predigtamts und deren Beförderung* (1772), ao passo que Lehmann indica o escrito *Gedanken über den Wert der Gefühle im Christenthum* (1761). Stark argumenta que a afirmação de Kant é muito pouco concreta para estabelecer uma referência determinada.

A consideração da regra é inútil se não é possível tornar o homem disposto³² a seguir esta regra, por isso essas duas ciências estão intrinsecamente ligadas. Isso é equivalente a quando a física teórica é combinada com experimentos, pois também fazemos experimentos com os homens, por exemplo, testamos³³ se um ser-
 vical³⁴ é fiel³⁵. Assim, ao se avaliar³⁶ o pregador, tanto seu caráter e seu coração quanto seu conhecimento dogmático deveriam ser considerados.

A filosofia prática é, portanto, prática não segundo a forma, mas segundo o objeto. É uma doutrina do exercício³⁷. Assim como a lógica é uma ciência da razão não segundo a forma, mas porque o objeto é a razão, também o objeto da moral³⁸ deve ser prático, isto é, a práxis³⁹. Ela é, portanto, uma ciência sobre as leis objetivas do arbítrio livre, uma filosofia da necessidade objetiva das ações livres ou do dever⁴⁰, isto é, de todas as boas ações possíveis⁴¹, assim como a antropologia é uma ciência sobre as leis subjetivas do arbítrio livre. A filosofia prática não tem⁴² um tipo particular de conteúdos⁴³ da práxis, mas antes [trata]⁴⁴ das ações livres sem consideração de qualquer conteúdo⁴⁵ da práxis em geral, assim como a lógica. As regras práticas que ali dizem o que deve acontecer são de três tipos: regras da habilidade, regras da prudência e regras da moralidade⁴⁶. Qualquer regra prática objetiva é expressa pelo

32 *bereitwillig*.

33 *man probiert*.

34 *Bedienten*.

35 *treu*.

36 *bei einem Examen*.

37 *Ausübungslehre*. A maioria dos tradutores opta por “doutrina da prática”.

38 Em Kaehler: “o objeto da filosofia prática deve ser a praxis”.

39 Em Collins este período aparece de maneira reduzida: “Assim como a lógica é uma ciência da razão, também o objeto da filosofia prática deve ser a praxis”.

40 *des Sollens*. Em Collins *des Willens* [da vontade].

41 Em Collins: *nur möglichen* [meramente possíveis].

42 Em Collins: *handelt nicht* [não trata de].

43 *Gegenstände*.

44 Na edição Kaehler, Stark acrescenta o verbo *handeln*.

45 *Gegenstände*.

46 *Sittlichkeit*.

imperativo⁴⁷, mas a regra prática *subjektiva* não o é, por exemplo, os antigos costumam dizer⁴⁸ que isto é assim, mas não deveria ser. Como, por exemplo, na velhice⁴⁹ não se deveria poupar tanto quanto na juventude, pois na velhice não se precisa mais de tanto, visto já não se ter muito a viver como na juventude.

Existem, portanto, três tipos de imperativos⁵⁰, imperativo da habilidade, da prudência e da moralidade. Com efeito, cada imperativo expressa um dever⁵¹, portanto, uma necessidade objetiva e certamente uma necessidade do arbítrio livre e bom, pois isto é próprio ao imperativo, e necessita⁵² objetivamente. Todos os imperativos contêm uma necessidade⁵³ objetiva e certamente sob a condição de um arbítrio livre e bom. Os imperativos da habilidade são problemáticos, os imperativos da prudência são pragmáticos e os imperativos da moralidade⁵⁴ são morais⁵⁵.

Os imperativos problemáticos dizem que, mediante uma regra, uma necessidade da vontade⁵⁶ é indicada para um fim qualquer⁵⁷. Os meios são enunciados de maneira assertórica; mas os fins são problemáticos. A geometria prática, por exemplo, contém⁵⁸ tais imperativos: se devemos fazer um triângulo, ou um quadrado ou um hexágono, então temos de proceder de acordo com as regras consequentes⁵⁹; trata-se, portanto, de um fim qualquer⁶⁰, mediante meios indicados. Portanto, todas as ciências práticas em

47 *Imperativum*.

48 *die Alten pflegen zu sagen*. Em Collins *die Alten pflegten zu zeigen*. Na edição de Kaehler, Stark substitui *zeigen* por *geizen*: *die Alten pflegen zu geizen*.

49 *im Alter*.

50 *Imperativos*.

51 *Sollen*.

52 *necessitiert*.

53 *Nötigung*.

54 *Sittlichkeit*.

55 *moralisch*.

56 *des Willens*.

57 *beliebigen*.

58 *enthält*. Em Collins e Kaehler *ertheilt* [fornece].

59 *folgenden Regeln*.

60 *beliebiger*.

geral⁶¹, como a geometria e a mecânica,⁶² contêm imperativos da habilidade. Eles são de grande utilidade e têm de preceder todos os outros imperativos, pois temos de estar em condições⁶³ de realizar⁶⁴ fins quaisquer e de ter meios para alcançar tais fins, antes de poder realizar fins dados. Os imperativos da habilidade imperam⁶⁵ apenas hipoteticamente; pois a necessidade do uso dos meios é sempre condicionada, a saber, está sob a condição do fim.

A filosofia prática contém não as regras da habilidade mas as regras da prudência e da moralidade⁶⁶. Ela é portanto uma filosofia pragmática e moral⁶⁷. Pragmática em vista da regra da prudência e moral⁶⁸ em vista da regra da moralidade⁶⁹.

A prudência é a aptidão⁷⁰ no uso dos meios em vista do fim universal dos homens, isto é, em vista da felicidade. Portanto, neste caso o fim já está determinado, o que não ocorre no caso da habilidade. Para a regra da prudência há uma dupla exigência: determinar o próprio fim e em seguida⁷¹ o uso dos meios em vista deste fim. A isto pertence, portanto, uma regra do julgamento daquilo que pertence à felicidade e a regra do uso dos meios em vista desta felicidade. A prudência é portanto uma aptidão⁷² para determinar⁷³ o fim e também os meios para o fim. A determinação da felicidade é a primeira tarefa⁷⁴ na prudência. Já que muitos ainda discutem se a felicidade consiste em abster-se⁷⁵ ou em adquirir.

61 *generaliter*.

62 Em Collins consta "etc.", em Kaehler "p".

63 *im Stande*.

64 *auszuführen*.

65 *imperieren*.

66 *Sittlichkeit*.

67 *moralisch*.

68 *moralisch*.

69 *Sittlichkeit*.

70 *Fertigkeit*.

71 *dann*. Em Collins: *denn*.

72 *Fertigkeit*.

73 em Collins: *zureichend zu bestimmen* [determinar suficientemente].

74 *das erste*.

75 *Enthalten*. Em Collins *Erhalten* [preservar].

Aquele que não tem meios, mas também não precisa⁷⁶ de nada daquilo que é alcançado por esses meios, parece ser mais feliz do que aquele que tem muitos meios, mas que também precisa de muitos. Portanto, a determinação do fim da felicidade e em que ela consiste é a primeira tarefa da prudência, e os meios sua segunda tarefa. Os imperativos da prudência comandam não sob uma condição problemática, mas sob uma condição assertórica, universalmente necessária, que se encontra em todos os homens. Eu não digo “visto que você quer ser feliz, então tem de fazer isso e aquilo”, mas antes é porque todos querem ser felizes – o que é certamente pressuposto com relação à todos – que ele tem de cumprir⁷⁷ isto e aquilo. É portanto uma condição necessária subjetiva; eu não digo “você deve ser feliz”, pois isso seria uma condição necessária objetiva, mas eu digo “porque você quer ser feliz, tem de fazer isso e aquilo”.

Mas nós podemos ainda conceber um imperativo em que o fim é estabelecido com uma condição que impera não subjetivamente, mas objetivamente, e estes são os imperativos morais; “você não deve mentir”, por exemplo, não é um imperativo problemático, pois então teria de ser “se lhe traz algum dano, então você não deve mentir”, pelo contrário, ele impera de maneira categórica e absoluta⁷⁸ “você não deve mentir”. Portanto, este imperativo ou é sem qualquer condição⁷⁹ ou está sob uma condição objetiva e necessária. No imperativo moral, o fim é propriamente indeterminado e a ação também não é determinada segundo o fim, mas se refere ao arbítrio livre, seja qual for o fim. O imperativo moral impera, portanto, absolutamente⁸⁰, sem considerar os fins. Nosso

⁷⁶ *braucht*. Este verbo está ausente em Collins.

⁷⁷ *beobachten*.

⁷⁸ *schlechthin*.

⁷⁹ *ohne alle Bedingung*.

⁸⁰ *absolut*.

livre agir ou omitir⁸¹ possui uma bondade⁸² interna, seja qual for o fim⁸³. A bondade moral confere, portanto, ao homem um valor imediato, interno e absoluto da moralidade, por exemplo, aquele que mantém sua palavra, tem sempre um valor imediato e interno do arbítrio livre, seja qual for o fim. A bondade pragmática, porém, não confere ao homem nenhum valor interno.

81 *Tun und Lassen.*

82 *Bonität.*

83 Em Collins: “Nosso livre agir e omitir tem uma bondade interna, conferindo portanto ao homem um valor moral absoluto interno imediato. Por exemplo [...]”.

